

Chiarelli acha proposta de 'zerar' Constituinte inaceitável e absurda

Das Sucursais de Porto Alegre e de Florianópolis

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 47, disse ontem, em Porto Alegre, que é "absolutamente inaceitável e absurda" a idéia de "zerar" os trabalhos do Congresso constituinte e formar uma comissão de juristas para concluir a nova Carta, como sugeriu o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O senador afirmou que o Congresso constituinte é uma aspiração da sociedade para a realização de reformas sem traumatismos no país e que "negar a aspiração do povo é reverter a ordem".

Chiarelli declarou que "por mais sábios que sejam, ninguém, a não ser o povo, através de seus representantes eleitos, tem autoridade para decidir sobre a Constituição".

Ele disse ser "inaceitável o fato de culparem a Constituinte pelos problemas que o país está passando". "Melhor seria se tivessem a oportunidade de reunir velocidade com ponderação e qualidade. Mas já que não podemos concluir os trabalhos até agora, não devemos transformar a Constituinte em uma catástrofe causadora de todos os males", afirmou.

O governador gaúcho, Pedro Simon (PMDB), 57, também é contrário à proposta do ministro. Após indagar se Antônio Carlos havia apontado uma maneira para se



O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS)

dissolver "uma Assembléia Constituinte eleita pelo povo", Simon disse que não vê "como isso poderia ser feito, senão pela força".

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo (PMDB), 57, disse em Florianópolis (SC) que a idéia do ministro "não é má". Ele afirmou que sempre foi favorável à proposta de que os trabalhos constituintes devessem ser feitos sobre um anteprojeto enviado pelo presidente.

Ataques de Sarney

Ao comentar as críticas do presidente José Sarney à aprovação do item que determina que "ninguém será preso senão em flagrante delito

ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente", Chiarelli afirmou que "estão fazendo muito barulho em torno de pouca coisa". Segundo ele, o artigo defende o princípio da cidadania e reproduz uma situação que já existe e que não é diferente do modelo norte-americano. Chiarelli acha "infundadas" as preocupações dos ministros militares, quanto à possibilidade de alteração na disciplina dos quartéis a partir do artigo (que não permitiria a prisão por medida disciplinar).

Para o governador Simon, é "um direito" do presidente criticar a aprovação. Mas afirmou que "assim como há exagero nas críticas ao governo federal, como a publicação do pedido de verbas que a esposa do presidente, da Marly, fez à Seplan para uma creche no Maranhão, também há exageros nas críticas à Constituinte". De acordo com Simon, a aprovação do item resultou da ansiedade de se evitar que as violências praticadas durante o regime militar se repitam.

Mas o governador de Santa Catarina está "solidário" com a posição de Sarney. Para ele, o item aprovado representa uma "liberalidade excessiva" que "compromete a estabilidade da sociedade". "A impunidade vai gerar um estímulo a todos os malfetores da nação", afirmou.

Cardoso Alves nega que presidente queira desautorizar parlamentares

Da Reportagem Local

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), 58, disse antontem, em São Paulo, que não considera as críticas feitas pelo presidente José Sarney à aprovação do item que só permite a prisão em flagrante delito ou por autorização de "autoridade judiciária competente" (feitas no programa "Conversa ao Pé do Rádio", na sexta-feira) uma estratégia para desautorizar os trabalhos dos constituintes. Para o deputado, estaria, ao contrário, sendo "orquestrado um procedimento para desmoralizar o presidente da República e atingir seu governo".

Cardoso Alves, um dos articuladores do grupo suprapartidário Centráo, afirmou que "o presidente atingiu um ponto crítico dos trabalhos da Constituinte e tem o direito de fazê-lo como o mais responsável e graduado dos cidadãos brasileiros". No programa, Sarney disse que, com a aprovação daquele item, "a situação vai piorar" e que "será o caos, o império do crime e da impunidade".

Disciplina militar

Para o deputado, o texto aprovado trará problemas de indisciplina den-

tro das Forças Armadas e tornará permissiva a política tributária e o trato para com o sistema financeiro do país, porque "enfraquece a autoridade dos chefes militares e dificulta a prisão administrativa".

Ele disse que há um grupo no Congresso constituinte que "quer transformar os institutos penais em colônias de férias". "Num instante em que os índices de criminalidade aumentam no país, se dá um trato muito ameno à política penal e penitenciária", acrescentou.

"Zerar" a Constituinte

Cardoso Alves disse também que a proposta do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de "zerar" os trabalhos do Congresso constituinte e criar uma comissão de juristas para elaborar a nova Constituição "seria restabelecer o início dos trabalhos da Constituinte que se iniciou com a instalação da Comissão Afonso Arinos" (Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada por 50 notáveis presididos pelo senador Afonso Arinos e convocada pelo presidente, em junho de 1966, para apresentar um esboço de Constituição que seria enviada ao

Congresso constituinte como subsídio).

Ele disse que não está vendo "onde o ministro está vendo" a razão para suspender os trabalhos.

Para ele, Congresso constituinte começou mal, mas deverá entregar, após o segundo turno das votações, uma Constituição "conforme os interesses nacionais". "A Constituinte pode chegar a bom termo", afirmou.

Eleições gerais

Ao comentar declarações do ministro, favoráveis à realização de eleições gerais neste ano, Cardoso Alves disse que "encurtar ou estender os mandatos em todos os níveis, em função dos acertos ou dos erros de um governo, é resvalar para o campo do arbítrio, é dar o golpe". Para o deputado, o que caracteriza a democracia é a garantia em torno do que chama "temporiedade dos mandatos".

No entanto, Cardoso Alves afirmou que pensará nas declarações do ministro e que "se convier eleições diretas eu estou aberto para ser convencido". Ele acrescentou que Antônio Carlos "talvez tenha visto um horizonte que eu não vislumbrei".

Discursos emperram o andamento das votações da nova Constituição

Da Sucursal de Brasília

As discussões sobre o novo texto constitucional têm ocupado menos da metade do tempo das sessões plenárias do Congresso constituinte, iniciadas no dia 27 de janeiro último. A maior parte do tempo acaba sendo consumida com discursos de parlamentares em que prevalecem as disputas políticas regionais, que quase sempre levam a ataques pessoais, e críticas ou elogios ao governo e aos jornais.

Quando começam as votações, começa também a pressa dos constituintes. Todo parlamentar que abre mão do direito de defender ou discursar contra determinado tema é aplaudido pelo plenário.

Da mesma forma, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que dirige praticamente todas as votações, agradece quando um parlamentar desiste de uma emenda. São comuns os gritos vindos do plenário, reforçados depois por Ulysses, para que mais emendas sejam retiradas.

"Pinga-fogo"

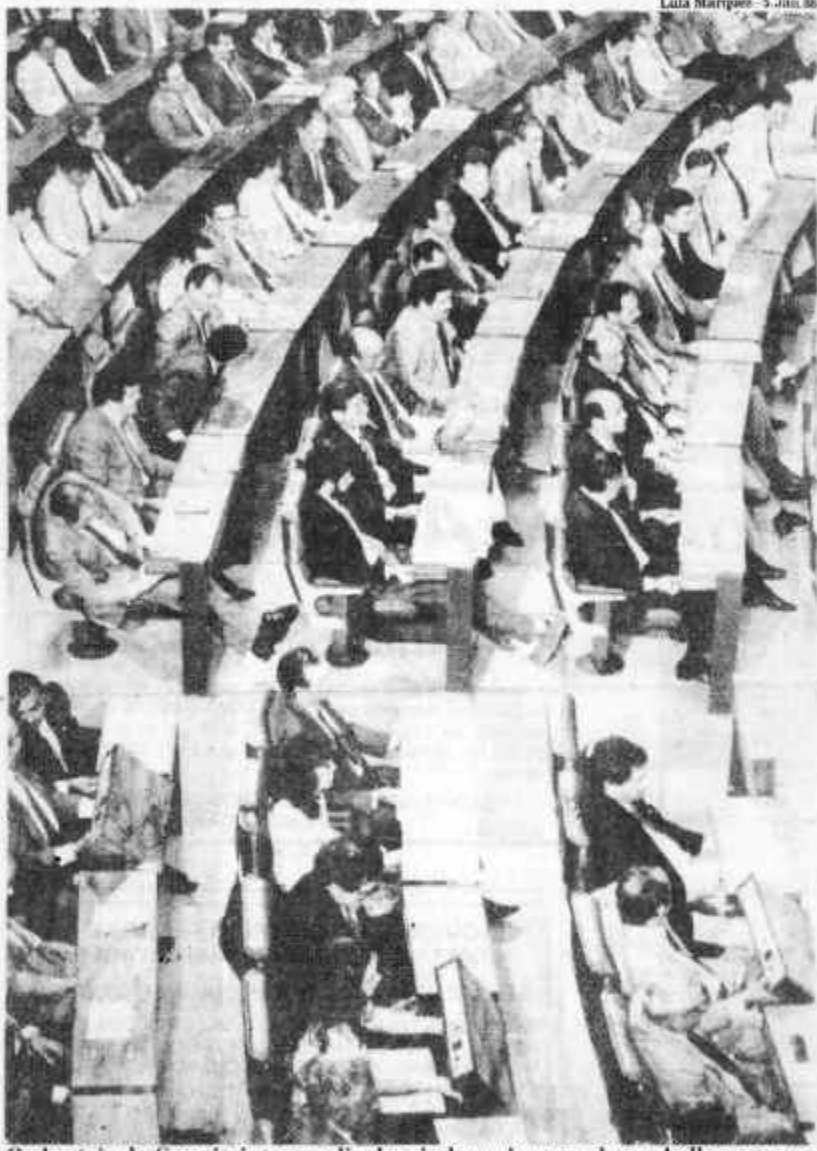
As sessões começam às 13h30 ou 14h (de segunda-feira a quinta), ou às 9h (na sexta), sob a presidência do deputado Jorbe Arbage (PDS-PA), 2º vice-presidente, que fica até o término do chamado pequeno expediente. Neste horário, cada parlamentar inscrito tem direito a falar por dois minutos e meio (o "pinga-fogo"), mas dificilmente fala por menos de cinco minutos. O pequeno expediente deveria durar meia hora, mas nunca dura menos que uma. Na última quinta-feira, demorou uma hora e meia.

Após o pequeno expediente vêm as comunicações de lideranças, quando as lideranças dos partidos se utilizam de entre três e dez minutos na tribuna. Este período, presidido pelo senador Mauro Benevides (PMDB-CE), 1º vice-presidente, também deveria durar meia hora, mas sempre ocupa o dobro ou mais do tempo.

Questão de ordem

Além de os parlamentares ocuparem mais tempo do que deveriam, usam todo tipo de artimanha para que a Mesa Diretora do Congresso constituinte lhes permita a palavra. A mais comum é a questão de ordem, que, regimentalmente, não pode ser negada. Mas na grande maioria dos casos não se trata de uma questão de ordem, apenas de um discurso.

"O que se ganha de tempo com o



O plenário da Constituinte, um dia depois da reabertura dos trabalhos este ano

painel eletrônico se perde nos discursos", protestou na sessão da última quinta-feira o deputado Nilson Sguarezzi (PMDB-PR). Ele chegou a sugerir que a Mesa instalasse um cronômetro, que cortaria o som do microfone quando o tempo do orador se esgotasse. O próprio Jorge Arbage já havia ameaçado adotar esta prática, mas desistiu.

Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães só assume a presidência da Mesa quando começa o processo de votações, geralmente duas horas e meia após o início da sessão. Antes, a emenda é colocada em votação, abrem-se os encaminhamentos (dois discursos a favor e dois contra, com prazo de cinco minutos para cada

orador). Quando um assunto é polêmico, nem a rigidez de Ulysses consegue fazer com que o horário seja respeitado. "Vamos votar, minha gente, estamos perdendo tempo", repete incansavelmente.

Até agora foram realizadas treze sessões e aprovados o Preambulo e seis artigos. No artigo 6º (que consta do Capítulo 1 do Título 2) falta ainda a votação das emendas aditivas e das que não foram destacadas para votação em separado, que ficam para ser apreciadas no final do capítulo ou da seção.

O projeto de Constituição do grupo suprapartidário Centráo, que tem prioridade na votação, tem 268 artigos, mais 14 nas Disposições Transitórias.